

ATA N.º 03/2023

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 23 de junho de 2023.-----

----- Aos 23 dias do mês de junho de 2023, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Diamantino dos Santos Miguéis;-----
- 3 - Relatório anual de atividade e Plano de ação para o ano de 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens / Para conhecimento;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da opção de caducidade de reserva de solo para a implantação de infraestrutura viária / Processo n.º 451/2023, Rua 1.º de Maio, em Cantanhede;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Parque de Lazer de Murtede;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / XX Feira do Bolo de Ançã;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de evento desportivo / XV BTT Cadima Caminhos do Tremoço – 1.ª Prova da Taça XCM do Centro 2023;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença Espetáculo de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XVIII Feira do Tremoço;-----

- 9** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de evento desportivo – 2.ª Caminhada de Cordinhã;-----
- 10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de espetáculos de música ao vivo e Dj's e licença especial de ruído / XIX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----
- 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Licença especial de ruído / 8.ª Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação do Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho de Cantanhede;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Alteração das Quotas da Associação Rota da Bairrada;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para os três procedimentos de consulta prévia para celebração de contrato ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade em regime de mercado livre (AQ 05/2022), promovido pela CIM-RC – CPR-CCP-ABS n.º 12/2023, CPR-CCP-ABS n.º 13/2023, CPR-CCP-ABS n.º 14/2023;-----
- 15** - Proposta de início de procedimento oficiosos pré-contratual tendente à celebração de Contrato de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao operador ETAC – Empresa de Transportes António Cunha, S.A.;-----
- 16** - Proposta de início de procedimento oficiosos pré-contratual tendente à celebração de Contrato de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao operador Transdev Interior, S.A.;-----
- 17** - Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato de Delegação

de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e o Diretor do Agrupamento de Escolas Lima-de-Faria;-----

18 – Concessão de Isenções de Taxas Municipais / 1.º Semestre 2023 / Para conhecimento;-----

19 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas consolidadas 2022.----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas do Sr. Arménio José Simões Baptista Alves e do Sr. Carlos Manuel Pedro, por motivos profissionais, conforme documentos apresentados. Faltou ainda por motivos profissionais a Sr.ª Joana Inês de Jesus Seabra Malta, conforme documento apresentado, sendo substituída pelo Sr. José Manuel Tarelho Soares. Faltou por motivos pessoais, o Sr. José Júlio de Brito Marques Almeida Malta, conforme documento apresentado, tendo sido convocada a Sr.ª Maria Teresa de Jesus Almeida que, não tendo confirmado a sua presença, não esteve presente na sessão. Faltou por motivos profissionais a Sr.ª Amélia Filomena Mendes Castilho, por motivos pessoais imponderáveis, conforme documento apresentado, sendo substituída pelo Sr. Alfredo José Rodrigues Ferreira. Substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira, Euclides Manuel dos Santos Vinagreiro, pela Secretária da Junta de Freguesia da Sanguinheira, Sr.ª Sara Maria Gomes Brado.----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 01/2023, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2023.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 01/2023, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2023 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 20 de abril 2023 a 23 de junho de 2023, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- Deu então início ao período de Antes da Ordem do Dia, dando a palavra Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, recordou que, na Assembleia Municipal de 23 de fevereiro, que decorreu no Hospital Rovisco Pais, abordou a questão das esculturas mandadas fazer por Bissaya Barreto ao Escultor Cabral Antunes para ornamentar a entrada do Preventório do Rovisco Pais, que depois de terem sido deslocadas para o antigo Hospital Pediátrico, estão atualmente nos jardins do novo Hospital Pediátrico. Resumidamente, informou que nesse Núcleo Museológico não existe uma referência histórica àquelas obras de arte e que, no local onde atualmente estão colocadas, no Hospital Pediátrico, também não há nenhuma referência à origem daquelas esculturas, o que em sua opinião é uma lacuna na história cultural das mesmas. Afirmou também que, em sua opinião, preferia que aquelas esculturas estivessem no seu local de origem, embora também aceite que possam continuar nos jardins do Pediátrico, desde que devidamente referenciada a sua origem, tendo deixado o assunto para reflexão de todos os Membros desta Assembleia, dado tratar-se de um património cultural pertencente ao Rovisco Pais e, portanto, ao Estado Português, e que fazia parte do património cultural situado no Município de Cantanhede. Acrescentou que, na última Assembleia Municipal de 19 de abril, a Sr.ª Áurea Andrade, não se coibindo pelo facto de não ter estado presente naquela sessão, por motivos de saúde, preparou e apresentou uma intervenção pouco cuidada, descontextualizando e alterando o conteúdo e o sentido daquilo que tinha dito,



fazendo ainda afirmações que não são verdadeiras, nomeadamente que “*Em 01/06/1977, a Fundação Bissaya Barreto deslocou a referida obra para o Jardim do antigo Hospital Pediátrico, passando estas a fazer parte da moldura de inauguração do referido Hospital onde se mantiveram até 01/06/2011 quando foi inaugurado o atual Hospital Pediátrico.*” Esclareceu, de seguida, que tais afirmações não são verdadeiras porquanto, em 1977 as esculturas estavam no seu local de origem, lá permanecendo enquanto no Preventório funcionou a Escola Preparatória da Tocha, entre 1981 e 1989, o que pode ser confirmado pelos alunos, professores, funcionários da referida escola, etc... conforme fotografia que mostrou. Referiu também não ser verdade que a Fundação Bissaya Barreto tenha tido qualquer intervenção na deslocação daquelas esculturas, facto que confirmou com a Direção daquela Fundação. Lamentou de seguida a linguagem que usou para se referir à memória de Bissaya Barreto, que deixou uma obra notável contra as grandes doenças e flagelos sociais que afetavam as sociedades de então, como a lepra, as doenças venéreas, a loucura, o paludismo, a tuberculose e a mortalidade infantil, bem explicada pelo conterrâneo, já falecido, Jorge Pais de Sousa, no seu livro “*Bissaya Barreto, ordem e progresso*”, editado em 1999, que merece respeito, tal como deve merecer a maior admiração e respeito a obra artística de Cabral Antunes que foi homenageado pelo Clube de Comunicação Social de Coimbra e pelo Município de Coimbra em 1987, imortalizado com um busto em bronze que está no Jardim de Santa Cruz da autoria de outro ilustre conterrâneo, Celestino Alves André. Acrescentou que, muita outra distinção recebeu em vida e tem recebido a título póstumo, conforme se pode facilmente verificar através de uma qualquer pesquisa simples sobre a sua obra. Referiu ainda que, nessas pesquisas facilmente se podem ver as obras grandes de estatuária de Cabral Antunes, a referência aos conjuntos escultóricos do Rovisco Pais e não do Hospital Pediátrico, a

par de outros monumentos como aos Heróis do Ultramar, a João Paulo II em Coimbra, conjuntos escultóricos do então Sanatório Infantil de Celas, a Madona do Instituto Maternal de Coimbra, uma das estátuas alegóricas do Palácio da Justiça de Coimbra, a estátua do Infante D. Henrique no Portugal dos Pequenitos, inúmeras imagens sacras, bustos, medalhões, baixo relevos. etc... Sobre o assunto, concluiu continuar a pensar que o Município de Cantanhede ficaria mais rico em termos de património cultural com aquelas esculturas no seu local de origem, mas aceita que possam continuar no local para onde foram deslocadas, desde que não se tente apagar a história daquelas obras de arte. Deixou, finalmente, a nota que estão a decorrer três debates internacionais em Lisboa, Porto e Coimbra sobre a devolução de bens culturais aos seus locais de origem, e embora de dimensão diferente, considera ser um assunto que está em cima da mesa e talvez, algum dia, aqueles debates se estendam a este tipo de situações.-----

----- Antes de prosseguir, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura informou que, a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, solicitou a introdução de um ponto na ordem de trabalhos, aprovado na reunião camarária de 21 de junho, nomeadamente, a aprovação da 3^a alteração orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa, que é urgente. Colocou, de seguida a votação a introdução do ponto em causa, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Informou ainda ter recebido, entretanto, uma mensagem da Sr.^a Maria da Conceição Sá, informando que, por motivos profissionais de última hora, não poderá estar presente na sessão.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. José Vieira, o qual, após cumprimentar todos os presentes, relativamente às obras no Agrupamento das Escolas Marquês de Marialva, às quais deu os parabéns, questionou o seguinte: - Relativamente aos equipamentos para equiparem algumas



salas e a Biblioteca, que já estavam previstos para o segundo semestre, questionou se já estariam colocados no início do próximo ano letivo; - Relativamente às atividades promovidas pela Escola / Sede e que incluem as duas Escolas do 1º ciclo, referiu não conseguirem incluir as restantes Escolas por falta de transporte, o que lhe parece injusto porque as crianças que não são da cidade ficam sempre de fora de grande parte das atividades do Agrupamento. Não tendo a Câmara um autocarro com as devidas condições para efetuar esse tipo de transporte, questionou sobre a possibilidade de poder vir a adquirir um.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes, debruçou-se sobre os seguintes assuntos: - Do ponto de vista cultural, enalteceu a antestreia do filme “A hora dos Lobos”, que se realizou no Jardim Municipal, e que serviu por diversas formas para promover a cultura em Cantanhede, seja porque se baseia no Livro “Alcateia” de Carlos de Oliveira, seja porque através do filme é promovido o território do concelho e o seu património. Referiu que a realização daquela antestreia permitiu constatar que Cantanhede tem excelentes condições para aquele tipo de eventos no centro da cidade, conforme também foi demonstrado pelo filme “Epopéia Gandaresa”, um filme premiado internacionalmente em vários locais e realizado em Cine Concerto porque as condições climáticas permitiram que fosse ao ar livre. Considerando que todos beneficiam com estas iniciativas, propôs ao executivo continuar da mesma forma; - Referiu-se a uma preocupação crescente das populações da zona nascente do concelho, nomeadamente, do nó de acesso à autoestrada, numa zona limite do concelho e de distrito onde, muitas vezes, os alcatroamentos terminam a meio do cruzamento, porque uma parte é da Direção Regional de Aveiro e outra parte é da Direção Regional de Coimbra. Esclareceu que o cruzamento, tecnicamente, é da

Mealhada, mas que todas as vias que lhe dão acesso são de Cantanhede, conflituando assim o Município de Cantanhede, o Município da Mealhada, as Infraestruturas de Portugal e eventualmente privados, decorrente das condições de licenciamento que lhes são impostas no acesso à via. Acrescentou lá existir uma Adega nova que já entrou em funcionamento, e uma via que dá acesso ao centro de Sepins, que foi asfaltada há alguns anos, o que leva a que haja um trânsito crescente de pessoas que vão ou vêm de Murte. Referiu ainda terem já sido lá contabilizados vários acidentes, uma vítima mortal e capotamentos, pelo que sugeriu que o Município de Cantanhede faça pressão junto das entidades competentes, porque está em causa a segurança de quem circula naquela via.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida, a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes, relativamente à intervenção do Sr. Primeiro Secretário, José Maia Gomes, afirmou perceber bem a sua irritação, solicitando de seguida ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, em nome da bancada do PS, as gravações da Assembleia Municipal de fevereiro, porque considera que o Sr. Primeiro Secretário, José Maia Gomes disse na presente data, mais de que naquele dia. Referiu ainda ter citado uma frase que o Sr. Primeiro Secretário, José Maia Gomes disse naquele dia, nomeadamente "*essa obra é nossa e devemos recuperá-la e colocá-la no sítio original*", e que informou a Assembleia Municipal que as estátuas foram colocadas em 1977 no antigo Hospital Pediátrico, no dia da sua inauguração, e que estiveram lá até à data da inauguração do novo Hospital Pediátrico, em 2011. Esclareceu ainda que foi a Fundação Bissaya Barreto que fez o transporte a pedido, provavelmente do Hospital Pediátrico, tendo alguém decidido colocá-las naquele local. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de novo, a palavra ao Sr.

Primeiro Secretário, José Maia Gomes, o qual referiu ser uma pena se estar a discutir aquele assunto da forma como está a ser discutido e também que haja pessoas que na Assembleia Municipal que julguem que não podem ser democraticamente questionadas pelos assuntos que estão em cima da mesa, pois vive-se em democracia e, em democracia, é tão digno estar no governo como estar na oposição, devendo haver respeito democrático pelas pessoas que foram eleitas. Acrescentou poder voltar a ler a sua intervenção e que tem em sua posse a gravação daquela sessão, não sendo verdade que as esculturas tenham ido para o Hospital Pediátrico na data da sua inauguração, pois continuaram no seu local de origem até ao ano de 1989, pelo menos, altura em que funcionou no Preventório a Escola Preparatória da Tocha, existindo milhentas testemunhas.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes, colocou questões e interveio sobre os seguintes assuntos: - Questionou sobre os prazos de início da execução da Ponte da Estrada Florestal n.º 1 e sobre a posição do ICNF. Sobre o assunto, informou que a concelhia do Partido Chega enviou um e-mail ao ICNF a questionar a sua posição relativamente àquela obra. Acrescentou estar-se já em pleno verão e a interrupção daquela estrada constitui um grande incómodo para as populações da Caniceira, Cochadas e outras, indo gerar congestionamento do trânsito na Tocha, já de si saturada na época balnear; - Questionou sobre as expropriações relativas à ligação da Nacional 109 à Zona Industrial da Tocha, sobre os planos a curto prazo para a realização da obra e sobre a disponibilidade de fundos para a sua execução. Realçou ser uma obra primordial para o desenvolvimento da Zona Industrial da Tocha e da própria Praia, que aliviaria o trânsito caótico que se gera no verão, dias de Feira e Mercados ao domingo, na Vila da Tocha; - Questionou relativamente à

requalificação da estrada que parte da Igreja da Sanguinheira até à rotunda da autoestrada, num percurso de 1.400m, que se encontra num estado lastimoso. Referiu ser de suma importância, pois trata-se de um acesso à autoestrada A17, com bastante trânsito; - Na localidade dos Carreiros, reiterou a necessidade de disfarçar as lombas que estão demasiado abruptas, originando batidas de cârteres, roçadelas e manchas de óleo por parte dos veículos automóveis, o que é visível no local; - Constatando que existem várias estradas no concelho que estão bastante deterioradas, sugeriu a elaboração de um levantamento das mesmas, tendo em vista a elaboração de um plano para as suas requalificações a incluir no Plano Plurianual; - Elogiou a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia da Tocha pelo excelente parque estacionamento na parte sul da Praia da Tocha, com cobertura de rede para fazer sombra aos veículos estacionados, algo que os turistas e visitantes agradecem.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, debruçou-se sobre os seguintes assuntos: - Relativamente ao eco desfile levado a cabo pela Escola Básica pelo décimo ano consecutivo, utilizando fatos elaborados com materiais reciclados, referiu que deve ser destacado e partilhado pela Comunidade, para sensibilizar para a adoção de comportamentos mais responsáveis em termos ecológicos. Referiu ainda que, se Portugal está abaixo das metas pretendidas de reciclagem, o próprio concelho necessita de melhorar o seu desempenho; - Enalteceu o facto de Cantanhede ter sido distinguida com a Bandeira e o Selo do Município “Amigo da Juventude” durante o 3º encontro dos Municípios Amigos da Juventude, sendo uma oportunidade para o Município construir e definir políticas locais estruturadas e sustentáveis amigas da juventude, melhorando o trabalho que já tem vindo a ser realizado; - Destacou o facto da Criostaminal de Cantanhede avançar

para a semana de trabalho de 4 dias, congratulando a empresa pela sua adesão àquele ensaio piloto, em grande escala, e pelo espírito inovador que a empresa toma relativamente ao mercado de trabalho, com vista à satisfação dos seus trabalhadores e podendo vir a aumentar a produtividade, a própria competitividade e atrair novos talentos para trabalhar na empresa; - Relativamente ao Tapas & Papas, congratulou a Câmara pela realização do 1º Festival Street Gaming. evento inovador e diferenciador, que foi dado a conhecer a nível nacional, e que, conjuntamente com o trabalho diferenciador e único do Museu Load ZX Spectrum, pretende vir a afirmar Cantanhede naquele domínio. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tocha, José Manuel Cruz, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, começou por esclarecer uma questão levantada na última Assembleia pelo Sr. Ulisses Salvador, sobre uma estrutura que está no Casal do João, em frente à Associação de Moradores do Casal do João, foi feito um pedido às infraestruturas de Portugal no sentido de saber se se podia lá mexer. Acrescentou que, entretanto, estiveram funcionários das infraestruturas de Portugal no local, que colocaram algumas questões, porque achavam que aquilo regulava o trânsito, ao que foi respondido que, tirando a estrutura, poder-se-ia fazer a regulação do trânsito com uma pintura no chão em parceria com o Município, pelo que, logo que haja disponibilidade aquela situação será resolvida. De seguida, com enorme satisfação e grande orgulho, referiu-se a um prémio recente que honra a todos, felicitando o Município de Cantanhede na pessoa da sua Presidente Dr.ª Helena Teodósio, bem como o Sr. Vice-Presidente da Câmara com o pelouro da Cultura, Dr. Pedro Cardoso, pelo excelente trabalho feito em prol daquela candidatura. Recordou assim que, no passado dia 13, o Município viu o seu projeto "Identidade e

Memória, Arte Xávega da Praia da Tocha,” premiado pela Comissão Europeia e a Europa Nostra, representada em Portugal pelo Centro Nacional de Cultura, que no corrente ano galardoaram 30 projetos de 21 países europeus, nomeadamente, 4 portuguesa, sendo que os vencedores serão homenageados na cerimónia europeia de entrega dos prémios, que terá lugar no dia 28 de setembro, em Veneza. Referiu ainda que, a Arte Xávega é praticada há séculos na Praia da Tocha, local onde nasceram também os palheiros, estruturas feitas com tábuas em madeira de pinho, onde se abrigavam os pescadores na época da faina, tendo alguns sido recuperados e que são hoje um cartão de visita da Praia. Acrescentou que, através de programas culturais e educativos inovadores, aquele projeto do Município de Cantanhede ajuda a celebrar, proteger e promover todo o património cultural e imaterial desta região que, que mais do que o reconhecimento da importância, do interesse e do valor daquele património cultural, identitário e secular, é a confirmação de toda a dinâmica criada e implementada pelo Município em parceria com a Junta de Freguesia, Instituições Académicas, estabelecimentos de ensino, Associações e, claro, os pescadores, que integram as duas campanhas. Referiu também que aquele prémio representa em especial um compromisso coletivo, em tudo fazer para continuar a proteger e promover o património cultural comum, neste caso a Arte Xávega, assim como tudo o que lhe está associado em termos de tradições, usos e costumes, identidade e cultura, património natural, ecológico e histórico, que também é um contributo para a construção de uma Europa mais bonita, sustentável e inclusiva. Recordou que, muito antes de ter conhecimento da atribuição daquele Prémio, no âmbito da preservação cultural, a Junta de Freguesia da Tocha foi abordada pelo Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Gândara Mar, Professor João Gomes, no sentido de realizar um evento que recriasse a Arte Xávega com recurso à força de braços, puxando as redes de uma

forma manual, recriando o antigamente com a participação dos alunos e professores do Agrupamento e dos seus familiares, desafio que foi aceite de imediato. A ideia foi apresentada conjuntamente junto dos pescadores que, prontamente, aceitaram de forma gratuita e desinteressada e o evento foi realizado no dia seguinte à atribuição/divulgação do Prémio à candidatura do projeto do Município sobre o mesmo tema, a Arte Xávega, situação que despertou interesse jornalístico e a cobertura televisiva do mesmo, projetando-o a nível nacional, com quatro canais de televisão presentes na Praia da Tocha e alguns jornais. Referiu ainda ter sido um dia fantástico e único para muitos dos participantes, estando de parabéns, o Município de Cantanhede, a Freguesia da Tocha, a Freguesia da Sanguinheira e o Agrupamento de Escolas Gândara Mar, na pessoa do seu Diretor, Professor João Gomes. Finalmente, agradeceu ainda à Associação de Moradores da Praia da Tocha, pela promoção recente da batata assada na areia e da sardinha na telha, no programa Prato do Dia para o canal de Televisão SIC e convidou todos os presentes para as festas de São João que iniciam no presente dia.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, relativamente à discussão que o Sr. Primeiro Secretário, José Maia Gomes, trouxe à Assembleia referiu não saber se é da competência da mesma, porque, se de facto a Associação à qual preside tem interesse na devolução daquela escultura, de facto belíssima, para quem a conhece, só tem que ter uma atitude pró-ativa e iniciar os contactos junto das entidades competentes, para tentar que seja devolvida, não havendo necessidade de se estar a exaltar com um assunto que diretamente não diz respeito à Assembleia, embora a Assembleia estar sempre solidária com tudo o que diga respeito à defesa dos interesses do concelho. De seguida referiu-se a três

assuntos, nomeadamente: - Relativamente à obra da estrada entre Arazede e Lemedede, cuja primeira fase está em fase de conclusão, questionou se já se foi iniciado o lançamento para a segunda fase daquela obra, que se prolonga de Lemedede até Cantanhede; - Relativamente ao projeto de requalificação da marginal da Praia da Tocha, cujo projeto foi eleito no orçamento participativo, considerou ser do interesse de todos os membros da Assembleia que o mesmo fosse apresentado publicamente, para o ficarem a conhecer em pormenor e evitar problemas de futuro; - Relativamente ao Hotel da Praia da Tocha, questionou sobre o ponto da situação do mesmo, pois é um problema que já se arrasta há anos e que urge ser resolvido. Finalmente, demonstrou o seu agrado pelas comemorações do 25 de abril realizadas no presente ano, com um excelente orador que trouxe uma intervenção e uma perspetiva extremamente interessantes do que é o mundo atual. Sugeriu, de seguida que, uma vez que se vão comemorar 50 anos, no próximo ano, de um dos acontecimentos mais marcantes da história contemporânea, que diz respeito a todos, que a Câmara Municipal inicie as diligências no sentido de ser construído um monumento alusivo ao 25 de abril. Acrescentou que o 25 de abril foi uma vitória coletiva do povo português, pelo que aquele monumento deveria ser construído pelos artistas locais, com matéria local, a pedra de Ançã, dignificando o concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu então a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a comentar os assuntos suscitados e a responder às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente à obra da Escola Marquês de Marialva tem estado a decorrer, recordou que não era da competência da Câmara, sendo um reflexo da inoperância dos Governos relativamente ao estado em que ficaram as EB 2,3 e a Secundária. Esclareceu estar fora da questão da delegação de competências, nomeadamente do protocolo



estabelecido, na altura, com o Ministério da Educação, que já vai na 2ª fase, pelo qual o Município assumiu os 15% do elegível, não sendo elegível os sítios onde as crianças e os Professores estão a ter as aulas, os AVAC (Aquecimento, ventilação e ar condicionado) e os arranjos exteriores. Relativamente aos equipamentos e a parte da informática, informou que o concurso está na rua, estando dependente da maior ou menor morosidade do procedimento administrativo; - Relativamente à questão dos autocarros, informou que, genericamente, os Municípios estão a deixar de ter autocarros, desconhecendo como os Agrupamentos fazem relativamente às viagens de estudo quando tem de as fazer, quando não têm autocarros. Acrescentou que, no concelho não existe aquela realidade, porque tem dois autocarros, embora com a situação referida, não entendendo como é que passam nas inspeções, mas não podem circular com crianças quando os mesmos autocarros, se fossem para uma entidade privada, já o poderiam fazer. Referiu ainda que, um autocarro tem um custo aproximado a 300.000,00€, importante para o apoio às Associações, mas a grande maioria dos Municípios acabaram com isso, porque nunca se consegue satisfazer as solicitações a 100%, ficando sempre alguém insatisfeito. Relativamente à questão das escolas, apesar de não ser propriamente da incumbência do Município, entende ser algo que contribui para o enriquecimento das crianças e dos jovens em termos de conhecimento com as visitas que podem fazer. No entanto, fazendo contas, há que ter opções, sobretudo num momento em que ainda há muita incerteza, não só com as delegações das competências, mas também com o arranque do PRR e do 2030, porque quem não tiver alguma capacidade financeira não conseguirá ir a jogo; - Relativamente à questão do acesso à autoestrada, informou ser algo que só pode avançar com autorização das Infraestruturas de Portugal, por se tratar de uma área que é do domínio daquela entidade, estando os serviços em contato com a mesma,

não só por aquela questão e a aguardar indicações; - Relativamente à ponte florestal, informou ter havido uma reunião com a Sr.^a Diretora do ICNF, na qual foi transmitido o que se estava a passar e a urgência em resolver a situação. Recordou não ser uma estrada municipal e que, apesar do Município ter feito intervenções na Tocha, em Murtede ou em Ourentã, em estradas que são da competência do Estado, no caso concreto, a reunião serviu para clarificar a situação, porque não se trata apenas de uma beneficiação, era uma urgência por duas vertentes, por um lado uma situação em perigo, por outro porque está a decorrer a obra do EuroVelo, que Liga Mira - Cantanhede e Figueira da Foz que é necessária terminar. Foi ainda dito que, para o ICNF, aquela intervenção não era algo de urgente, porque é a parte florestal, existindo uma estrada paralela que faz o mesmo serviço, para além não terem verbas em orçamento, nem possibilidade de a fazer. Referiu ainda ter dialogado com a Junta de Freguesia da Tocha e com os Compartes porque havia a dúvida sobre as competências, se competia ao ICNF, se aos Compartes e, numa última instância, verificou-se que não era da responsabilidade do ICNF, mas para fazer a intervenção era necessária a sua autorização. Entretanto em reunião com os Compartes, estes disponibilizaram-se, para fazer as consultas às empresas e toda a parte da tramitação dentro das regras que têm de ser feitas, porque têm um procedimento mais célere do que propriamente o Município que articulará depois com os Compartes a parte técnica que irá ser acompanhada. Informou, de seguida ter conhecimento de que o procedimento já está avançado, embora exista um prazo em que a obra tenha de estar parada por 20 dias até que se possa avançar com o resto da obra, o que já foi comunicado à CIM por causa da obra da EuroVelo; - Relativamente aos alcatrões e aos tapetes, informou que, na próxima Assembleia, irá trazer o investimento e os quilómetros que foram feitos, para que todos tenham conhecimento. Recordou que o

Concelho tem 400 km² de área e que, durante muitos anos, foi retalhado pela questão das condutas de água e de saneamento. Esclareceu que, no momento existe um acordo com a INOVA, sendo que, qualquer intervenção mais profunda que a INOVA faça, irão colocar o tapete em toda a largura e não apenas na vala; - Relativamente a essas intervenções, referiu que devem ter consciência do investimento de milhões que estão em cima da mesa, que já decorreram e que estão a decorrer no concelho, pelo que tem de haver opções, evidentemente, indo ao encontro do que as Juntas de Freguesia entendam. Relativamente ao caso da Sanguinheira, afirmou também considerar que é um acesso importante, que teve no último mandato vários quilómetros de tapete realizados, tendo que se olhar também para outras Freguesias que não tiveram tantas intervenções, pelo que a conjugação entre empreitadas e a administração direta tem de ser feito de forma a ir acautelando essas mesmas questões; - Relativamente à ligação da 109 à Zona Industrial da Tocha, recordou ser um projeto com 30 anos, que se encontra refeito, porque havia a questão da ligação do antigo campo do Tocha, indo agora ligar ao cruzamento para a Zona Industrial. Referiu ainda que o levantamento de todos os proprietários já está feito, mas são necessários 4.000.000,00€ para poder avançar com a obra, verba que não existe. Acrescentou que, para avançar com aquela obra, teriam de parar todos os alcatrões no resto do território, com as intervenções nas Escolas, com intervenções ao nível da cultura. Referiu, de seguida ter feito vários contactos ao nível de fundos comunitários, mas sem grande esperança, porque a Europa entende que Portugal já tem de ter a rede viária feita, então, como é uma ligação a uma Zona Industrial, por forma a retirar os camiões de uma zona urbana, está a tentar ir pela questão ambiental e pela sua ligação a uma zona turística. Referiu ainda já ter falado com a CCDR, a CIM e até com a Sr.^a Ministra, mas apesar de se ouvir falar diariamente sobre os milhões do PRR,

está muito demorado, conforme se pode verificar por projetos colocados já há um ano, dentro do âmbito da requalificação da cidade, e que ainda estão sem resposta. Esclareceu que apenas houve uma aprovação no PRR para uma casa abrigo, projeto ligado às questões da Ação Social, mas mais nada. Voltou a frisar que é intenção de avançar com o projeto, estando a aguardar o *timing* certo para levar à Câmara a fase do contacto com os proprietários para começar as aquisições dos terrenos, porque é algo determinante e estruturante para o concelho; - Relativamente à estrada de Arazede/Lemedede, informou que a faixa vai estar fechada para se fazer a sua conclusão, estando o Departamento de Obras já com a indicação de avançar com a segunda parte daquela empreitada, em termos de concurso; - Relativamente ao Hotel da Praia da Tocha, informou ter tido conhecimento que foi adquirido por um grupo, que está a fazer as diligências no sentido de poder ou fazer uma segunda venda, ou avançar com a construção do Hotel, tendo conhecimento do que está aprovado e do que pode ser feito, de acordo com as autorizações que existiam à data. Acrescentou que como está não é solução, necessitando-se mais hotelaria para o Concelho, apesar dos interessados não estarem propriamente a ir na mesma linha de um Hotel de 5 estrelas, mas existindo várias possibilidades. Conclui que, se já houve interessados para adquirir a massa insolvente, é porque há vontade de avançar com a obra; - Relativamente às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, informou que a Divisão da Cultura já tinha a possibilidade de algo relativamente à memória, fosse através de um projeto mais comum ou não, estando ainda a analisar de que forma que poderá ter esse tal Monumento ou pelo menos o registo de memória, o que será oportunamente transmitido; - Relativamente à requalificação da marginal da Praia da Tocha, referiu que vai ser feito porque foi um orçamento participativo, estando à procura de possibilidade de algum conforto financeiro através da ADELO. Acrescentou

também estar a tentar que também se englobasse a requalificação dos palheiros onde está a Associação de Moradores e os outros, que também vão ser recuperados. Relativamente ao projeto, acreditava que todos já o tinham visto, dado que foi divulgado nas redes sociais, no entanto não se opõe a que seja apresentado nesta ou na próxima Assembleia, caso assim o seja entendido. Acrescentou que, relativamente aos fundos, os avisos do 2030 vão começar a abrir, custando-lhe avançar, quando pode haver a possibilidade de uma abertura de candidatura que possa ir ao encontro do pretendido.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, propondo que o projeto fosse apresentado na próxima sessão, porque se está a falar de uma parte do Concelho que é muito querida para todos, a zona da Praia da Tocha. Acrescentou que, com o recente prémio e reconhecimento da Arte Xávega e com o interesse da Câmara em poder ir mais longe e, quem sabe, preparar uma candidatura a património imaterial da humanidade, o custo de 4.000.000,00€ é muito elevado face ao orçamento exclusivamente camarário, porque significaria dizer que parte dele teria de ser todo alocado para esse projeto e outras prioridades não poderiam ser satisfeitas. Relativamente aos fundos comunitários, afirmou que se deve continuar a pressionar nesse sentido, de maneira a poder haver algum encaixe para haver elegibilidade, nomeadamente com a proximidade de uma Zona Industrial, as questões de segurança, as questões que têm a ver com a sustentabilidade e o ambiente, o atravessamento da vila da Tocha, podendo-se acrescentar a questão da requalificação da marginal da Praia da Tocha. Referiu ainda que, todos olham para a Praia da Tocha considerando estar ali um diamante, que possivelmente, pelo que foi a sua proteção em termos urbanísticos ao longo destas décadas, por decisões de anteriores executivos, faz com que hoje se tenha ali algo que orgulha muito a todos,

mas que pode ir mais longe. Nesse contexto, lançou o desafio para que, quando se trouxer na próxima Assembleia Municipal o projeto de requalificação da marginal, também que trouxessem a proposta da Câmara Municipal à requalificação da Rua dos Pescadores na Praia da Tocha, feita há dois mandatos atrás. Recordou tratar-se de um projeto feito pela Câmara, para que todas as casas ao longo da Rua dos Pescadores pudessem ter uma única fachada, em harmonia com a história dos Palheiros da Tocha que é a madeira. Recordou ainda que esse projeto foi mostrado na Associação de Moradores da Praia da Tocha, para tentar sensibilizar e cativar os proprietários das habitações na Rua dos Pescadores, no entanto, ninguém se candidatou. Acrescentou ainda que, na altura, existiam alguns benefícios, nomeadamente, a isenção de IMI durante uma série de anos, bem como a possibilidade de uma entidade, através da ADELO, oferecer as madeiras, cabendo apenas aos proprietários a obra na fachada. Acredita assim que, no contexto atual, se poderia fazer um esforço e tentar novamente sensibilizar os proprietários a fazerem aquela reabilitação. -----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando, em complemento à intervenção do Sr. Presidente da Mesa, e relativamente à possibilidade de requalificação das casas da marginal, que o Executivo tem andado em reuniões com todos os municípios que vão da Marinha Grande a Ovar, por causa do Plano da Orla Costeira, porque, qualquer proprietário que tiver um terreno entre uma casa e outra, não pode fazer lá nada, se tiver uma casa a cair, de rês-do-chão, não podem lá pôr um primeiro andar igual aos outros que lá estão, mesmo não mexendo na fachada ou na área, o que não se compreende. Acrescentou já ter um plano feito que vai se discutido com a APA, no sentido de se poder minimizar aquelas situações, porque as pessoas criam expectativas com os seus terrenos e suas casas,

que de um momento para o outro aquilo valem zero, estando as casas completamente degradadas na marginal. Acrescentou ser um trabalho que já está a ser feito há meses e meses, pelo que tem alguma expectativa de que haja algum retrocesso naquelas exigências mais rígidos, não só na marginal como no outro arruamento paralelo. Relativamente à zona da Tocha e da Gândara, informou ter ocorrido muitas interações com a Universidade de Aveiro e com o Turismo de Portugal relativamente à Casa Gandaresa. Informou existirem cerca de 4000 casas Gandaresas nos territórios de Vagos, Mira e Cantanhede, ainda com alguns pontos na Figueira da Foz e em Montemor -o-Velho, sendo que em Cantanhede existem 1493 casas Gandaresas. Esclareceu já terem tido reunião com o Sr. Secretário de Estado e com a Presidente da CCDR, parecendo já haver condições para existir financiamento para as suas recuperações, mas mais no sentido de serem aproveitadas para restaurantes, alojamentos locais, algo hoteleiro, porque para o particular recuperar uma dessas casas, há maior dificuldade. Acrescentou estarem a pensar que, Cantanhede, Mira e Vagos, poderão ter algum tipo de apoios em termos urbanísticos, seja nas licenças, seja no IMI ou noutra coisa qualquer, apesar de entenderem que o ideal era que houvesse uma linha bonificação em termos bancários, para quem quisesse reconstruir aquelas casas para arrendar. Recordou que, quando decorreu o PEDU na cidade, as pessoas tinham a possibilidade de fazer uma reconstrução naquela zona com o IVA a 6%, em vez de 23%, o que foi uma grande ajuda. Referiu ainda que, naquele encontro, encontrava-se também a representante do Turismo de Portugal, e quando se falou de Arte Xávega, com Vagos e Mira e talvez com a Figueira da Foz, vão tentar passar do prémio europeu para o pedido de Património Mundial em termos de Arte Xávega. Acrescentou que, o Município de Cantanhede vai liderar essa tramitação e irá dar conhecimento do processo à medida que as diligências se forem efetuando.---

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Sérgio Maia, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, expôs os seguintes assuntos: - Referiu que no dia 24 de maio houve um aluimento no pavimento da N234, que foi sinalizado pela sua Junta de Freguesia, tendo as Infraestruturas de Portugal informado que, até ao final de julho, a situação seria resolvida. Tendo voltado a reclamar, descrevendo que havia necessidade de reforçar a sinalização, nada fizeram, tendo já havido um acidente precisamente por falta de sinalização. Acrescentou que, aquela situação faz com que o trânsito não circule de forma normal, também aumentado o risco de acidente, porque está numa curva; - Referiu ter duas preocupações relativamente ao traçado da alta velocidade, uma que já tinha manifestado, nomeadamente, um conjunto de situações do projeto sobre as quais discorda, que também foram deliberadas pela Câmara, e outra, relacionada com o estudo de impacto ambiental. Recordou que tudo o que já tinha falado e que a Câmara também deliberou era a favor do Eixo 5 porque passa no Concelho vizinho, pelo que questionou se foi feita alguma coisa para ser reposta a verdade. Recordou ainda a apresentação feita numa anterior sessão, sobre um Metro que iria facilitar a ida para Coimbra, no entanto, esse traçado referia a via férrea, que nem sequer está referenciada para reposição. Finalizou a sua intervenção, afirmando que prometem uma coisa, depois prometem outra, mas já eliminaram a primeira que prometeram.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Primeiro Secretário, José Maia Gomes, o qual, relativamente à realização recente do DIXIELAND, felicitou o Executivo por mais uma realização de um evento que, pelas suas características, atrai público, mas que considera que deveria ser um pouco mais ambicioso, porque é diferenciador e pode, em termos de imagem, catapultar o

Concelho ao nível nacional. De seguida, respondendo ao Sr. Abel Carapeto, informou que a Associação que presido é uma IPSS, que não tem competências em matérias culturais. Esclareceu ainda que, quem tem competência na preservação da história cultural dos Municípios são a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes, demonstrou o seu contentamento pela realização, quer do Sreet Gaming Cantanhede, quer do Dixieland, quer do Tapas & Papas e referiu ter sido um esforço conjunto de criar sinergias e de proporcionar um fim de semana que pudesse trazer dinâmica, atividade e vida à cidade, tal como aconteceu. Acrescentou que, naquele fim de semana prolongado, de 7 de junho a 11 de junho, foram várias as iniciativas que contribuíram para o sucesso do mesmo, pelo que agradeceu a colaboração e a disponibilidade da Câmara Municipal que, em conjunto, quer com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, quer com outros parceiros, puderam concretizar aquele fim de semana. Assinalou, de seguida, uma outra iniciativa que aconteceu no passado dia 17 de junho, na Pocariça, nomeadamente, a 4ª edição do Concerto das Janelas Abertas, no dia em que se assinalava o 126.º aniversário de António Fragoso, grande figura do concelho de Cantanhede, que tem uma dimensão concelhia, nacional e internacional, pela integração recente da Associação António Fragoso no Centro Internacional de Música. Agradeceu e felicitou assim, quer o Município por se associar àquela grande iniciativa, quer a Associação António Fragoso pelo arrojo e pela forma com que, já há uns anos, leva a cabo aquela iniciativa na Pocariça, o Concerto das Janelas Abertas na Pocariça. -----

----- O Sr. Presidente da relativamente ao Dixieland, considerou que, na sua

perspetiva, no presente ano, relativamente à afluência ficou muito aquém. Acrescentou que, a não realização da Street Parade que envolvia as Associações concelhias, na sua opinião, fez com que não afluíssem tantas pessoas às ruas como tem acontecido. Referiu que terá sido uma opção política, por qualquer razão, mas apelou à manutenção da Street Parade, extremamente importante para dar um elemento de festa à cidade, que este ano, não se viu.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, comentando os assuntos referidos, da seguinte forma: - Relativamente à questão das intervenções da IP na N234, informou que o Município continua a pressionar por ser algo que tem a ver com a segurança, sendo determinante que se faça realmente; - Relativamente ao traçado de alta velocidade, já tinha transmitido que houve uma reunião quando foi discutido o Plano Ferroviário Nacional no Ministério das Infraestruturas, porque não estava lá, por exemplo, a ligação ferroviária da Mealhada até à Figueira da Foz que não passava por Cantanhede, nem estava o Metro de superfície, que foi prometido que lá seria colocado. Relativamente ao traçado do TGV, recordou que havia várias propostas de traçado, sem paragem em Cantanhede, mas sim em Coimbra, atravessado apenas os terrenos do Concelho. Acrescentou que, de acordo como que foi justificado em reunião de Câmara, não podiam dizer, tal como Anadia, que o traçado iria rebentar com uma zona preciosa de vinhedos, sendo certo que cada Município tem a sua defesa. Acrescentou ainda que, estando no momento o processo em discussão pública, os Serviços estão a reforçar o que não consta naquele traçado para que, nesta fase de discussão pública, a Câmara possa dar as suas razões, de forma a que o Município de Cantanhede não seja beliscado, o que sabe ser difícil. Acrescentou que em outros Municípios, vão ser destruídas um grande número de casas, o que irá acontecer também na zona das vinhas e ainda que, no traçado que

foge da zona das vinhas do Município de Anadia, apanha uma parte da zona do Bolho e de Murtede, o que não se quer que aconteça. Concluiu que a opinião do Município será reforçada porque, o que realmente se quer, foi o traçado enviado e que seria o ideal para o Município, posição que não agrada ao Município da Mealhada, nem ao de Anadia; - Relativamente ao Dixieland, recordou que esteve parado durante muitos anos e que quando foi retomado, foi entendido que fosse bienal. Esclareceu de seguida que, no presente ano, não haveria Dixieland, tendo sido um projeto que foi financiado, em conjunto com três Municípios, o Happy Jazz Day, não tendo sido uma alteração ao procedimento, mas um acrescentar ao que já estava deliberado. Esclareceu ainda que, num ano, existirão todos os eventos nas Freguesias, no Concelho, na sede do Concelho com a Street Parade, no outro ano será numa modalidade mais leve, não tendo havido alteração ao procedimento habitual; - Deu, de seguida algumas notas relativamente ao assunto da saúde, nomeadamente, que:

- Desde a última Assembleia Municipal, teve uma reunião em Lisboa, onde foi convidada pelo anterior Ministro da Saúde para fazer uma palestra sobre a saúde na Culturgest, com outros Presidentes de Câmara;
- Que, esteve presente o Sr. Professor Fernando Araújo, do SNS, a quem questionou sobre a questão da integração dos Hospitais;
- Que, relativamente à Ação Social e à Educação foi imposta uma data a partir da qual os Municípios aceitavam, sendo que relativamente à saúde será através de um Auto assinado entre o Ministério e o Município e quem não tiver o Auto assinado não poderá aceder a fundos comunitários, sendo uma pressão que não é muito correta;
- Que já se encontram os projetos de todas as requalificações e criações de novas extensões feitos para poder avançar com o concurso, mas que, uma coisa é irem a PRR e serem comparticipados a 100%, outra coisa é sem assinar o Auto da forma como ele está. Acrescentou que, se conseguir aceder ao aviso de transição do

220/2030, a comparticipação é de 85%, podendo arriscar, para não ficarem submetidos à tal situação de que não poder aceder a fundos comunitários e continuar com as extensões por requalificar e o Município não tem que o fazer, porque é da competência do Estado; - Recordou a deliberação da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, tomada por unanimidade, no sentido de nenhum Município aceitar os Autos de Transferência sem que haja uma deliberação comum e informou que houve uma reunião, na qual estiveram a discutir o assunto, porque uns Municípios já estão mais preparados para essa passagem. Referiu ter comunicado que, Cantanhede não está a obrigar ninguém a ficar à espera de assinar os Autos, e que só assinará quando tiver todas as suas questões acauteladas; - Que da análise do Auto, do ponto de vista técnico e político, foi verificado que os valores não estão de acordo com aqueles que são necessários, dando como exemplo, o rácio dos Assistentes Operacionais para as extensões de saúde, os arranjos exteriores, os seguros; - Que há valores que já foram corrigidos, mas que se deve fazer uma proposta de alteração àquele Auto de transferência de competências na saúde para clarificar o que se está a passar, validado em reunião de Câmara; - Que a questão dos Postos de Enfermagem ou chame-se-lhe outra coisa qualquer, deveria estar na transferência das competências, porque os materiais são da ARS, as verbas são da Câmara e as despesa das próprias Juntas de Freguesia; - Que na reunião que teve em Lisboa, o Sr. Professor Fernando Araújo, falou na integração dos Hospitais, no entanto, até ao final do ano vai ser criada uma ULS, o que não compreende; - Que questionou se a proposta da integração, que fala da consulta aberta em Cantanhede será gerida futuramente ou decidida pelo Presidente do Conselho de Administração do CHUC ou pela pessoa que ficará a coordenar o ULS; - Que teve conhecimento que a ULS será constituída pelo Rovisco Pais, o Hospital de Cantanhede e as

extensões de saúde agregadas a toda a estrutura do CHUC mas sem dados concretos; - Que já teve informações informais da ARS que iria agregar Cantanhede ao Hospital de Leiria e ao Pinhal Interior, o que considera ser uma loucura; - Resumindo, afirmou estarem perante uma decisão relativa a uma integração em ULS, que não é clara relativamente a uma urgência ou a uma consulta aberta em Cantanhede, e perante uma transferência de competências que insere algumas áreas que são realmente importantes, mas que nem sequer fala de outras muito mais importantes; - Recordou as duas petições na Assembleia da República, das quais nada se houve falar e que já lá estão há meses, sem haver uma concretização; - Voltou a referir que está a ser concluída a análise técnica do Auto de Transferências, no entanto não há possibilidade de mexer nas verbas porque são do orçamento de Estado e não podem ser alteradas; - Que tudo vai ter de ser pensado, trabalhado e decidido para bem da saúde da população de Cantanhede;- Finalizou a sua intervenção, informando que na próxima segunda-feira, o Sr. Ministro da Saúde vai ter uma reunião com a CIM Região de Coimbra, e que já transmitiu ao seu Adjunto, que Cantanhede irá apresentar uma análise do que entende que deveria ser o Auto da Transferência de Competências e, em função disso, irá aguardar as decisões que serão tomadas.-----

----- Concluiu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura que, o Executivo irá analisar o documento que veio do Ministério da Saúde como proposta de assinatura do Auto de Transferência de Competências na área da saúde, e fazer uma contraproposta devidamente fundamentada, explanando aquilo que são as suas reivindicações que considera justas e esperar uma resposta do Ministério da Saúde. -----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação**

de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara:-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento: -----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 2 – «Proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Diamantino dos Santos Miguéis»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, mencionou que o voto de pesar em causa foi concertado entre as Bancadas e deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual referiu que se registou, com pesar, a perda de um Presidente de Câmara pelo que, a bancada do PSD propôs um voto de pesar, dando conhecimento do teor do mesmo às outras duas Bancadas para que, se assim entendessem, se associassem ao mesmo. Acrescentou que, tendo tido indicação dos respetivos Líderes de Bancadas que se pretendiam associar ao referido voto de pesar e não tendo havido oposição do Sr. Presidente da Mesa, o assunto foi introduzido como uma proposta da Assembleia Municipal. Passou, de seguida à leitura da proposta de Voto de Pesar em causa, do seguinte teor: *“Diamantino dos Santos Miguéis nasceu em Cantanhede em 1930 e iniciou o seu percurso académico na Escola Conde Ferreira, em Cantanhede. Posteriormente realizou os estudos secundários repartidos por várias instituições de ensino, nomeadamente o Colégio Infante Sagres em Cantanhede, que frequentou até ao 3.º ano, o Colégio de S. Pedro em Coimbra, que frequentou até ao 6.º ano e o Liceu D. João III, onde fez o 7.º ano. Ingressou posteriormente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra onde concluiu a sua licenciatura em Direito no ano de 1955. A nível profissional iniciou funções como Chefe de Secretaria dos Hospitais da Universidade de Coimbra e regressou posteriormente a Cantanhede onde trabalhou com o seu pai e a sua mãe na Sociedade Central de Cantanhede, Lda - Diamantino Migueis, Isaura Pereira dos Santos. Mais tarde e com mais dois sócios trabalhou na Drogeria Madeira, atualmente Farmácia Central. A nível social exerceu cargos de*

grande responsabilidade e complexidade destacando-se naturalmente as funções desempenhadas como Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede, reconhecida instituição cuja vocação é proteger e apoiar todas as pessoas, desde a 1.ª infância até à 3.ª idade, através de respostas sociais que promovem a melhoria contínua da qualidade de vida, tanto maior é o relevo quando se verifica que ocupou esse cargo de forma contínua ao longo de 30 anos, mais concretamente de 01/01/77 a 31/12/2006. A nível político contribuiu ativamente para o desenvolvimento do concelho através de um envolvimento ativo em diversos processos e do desempenho de relevantes cargos municipais. Foi eleito por cinco vezes consecutivas para a Câmara Municipal nas listas do PSD - Partido Social Democrata, tendo feito parte dos executivos que lideraram o órgão entre 1977 e 1993. Cedo foi designado Vice-Presidente da Câmara, funções que desempenhou mais de uma década até ter assumido o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, em agosto de 1993, por renúncia do Presidente de então, Dr. Albano José Garrido Pais de Sousa. Recentemente na sessão de 19/04/2023, esta mesma Assembleia Municipal de Cantanhede, por proposta da Câmara, deliberou atribuir-lhe a medalha de ouro da cidade de Cantanhede, tendo em conta a importância tão proeminente personalidade teve no concelho e em concreto o cargo que exerceu enquanto Presidente da Câmara Municipal. O falecimento de Diamantino dos Santos Migueis aos 92 anos de idade, constitui uma perda irreparável para o Município, tendo a Câmara decretado um dia de luto municipal, justa homenagem que subscrevemos inteiramente para dar expressão a essa homenagem que lhe é devida. Pela consternação que causa o falecimento do Dr. Diamantino Migueis e pelo seu percurso profissional, social e político, a Assembleia Municipal de Cantanhede propõe e aprova um voto de pesar,

que alarga e complementa as manifestações já previamente assumidas pelos diversos órgãos municipais.”-----

----- Não havendo pedidos de intervenção foi colocado à votação, por escrutínio secreto, o **Ponto 2 - «Proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Diamantino dos Santos Miguéis»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 30 votos a favor e 1 voto em branco.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 3 - «Relatório anual de atividade e Plano de ação para o ano de 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens / Para conhecimento»;**-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, solicitou que fosse a Sr.^a Vereadora, Célia Simões, Presidente da CPCJ a apresentar o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.^a Vereadora, Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que a CPCJ continua a laborar no edifício da Casa Francisco Pinto, nas instalações do Município de Cantanhede, que reúne todos os requisitos necessários ao bom funcionamento da mesma, desde as instalações, até às viaturas que, por vezes não são precisas uma por dia, mas duas ou mais. Agradeceu, de seguida à equipa restrita da CPCJ, porque está diariamente a funcionar com uma reunião quinzenal e que tem feito de facto a diferença no ano 2022. Reconheceu ainda o desempenho e a busca de informação, junto das entidades que fora feitas, não só no tempo de serviço que cada um tem e deve dar à Comissão, mas também no tempo que as pessoas disponibilizam para o efeito para além do serviço normal. Referiu de seguida que, a Comissão é composta por duas partes, a Comissão Restrita com nove elementos, que funciona diariamente e tem reuniões quinzenais, e a Comissão Alargada que funciona com três elementos e que tem reuniões mensais. Informou de seguida que, o volume de processos no ano

2022 foi novamente superior ao ano anterior, com 244 processos, sendo que 114 foram arquivados e 130 passaram para o ano 2023, ou seja, começando o ano de 2023 com 130 processos vindos do ano 2022. Informou ainda que o escalão etário onde se verificou uma maior necessidade de intervenção foi dos 11 aos 14 anos, seguindo-se o escalão etário dos 15 aos 17 anos, sendo maioritariamente de nacionalidade portuguesa, seguindo-se a brasileira. Acrescentou que, as sinalizações feitas maioritariamente pela Autoridade Policial, pelos Estabelecimentos de Ensino e pelos Estabelecimentos de Saúde, são maioritariamente situações de perigo, referenciadas por violência doméstica, com 67 casos, de comportamentos graves ou de indisciplina por parte das crianças aos jovens, com 44 situações e de absentismo escolar, com 24. Referiu ainda que a CPCJ, no âmbito das suas competências, articula com entidades com competências em matéria de infância e juventude, Municípios, Escolas, Serviços de Saúde, Juntas de Freguesia, Segurança Social, IPSS, Associações de Jovens, Associações de Pais e Associações Desportivas e salientou que não foi só o atendimento normal destas situações que foi feito pela CPCJ, tanto na Restrita como da Alargada, mas também foram realizadas várias ações de sensibilização ao longo do ano em vários locais e com várias entidades com objetivo de esclarecer, alertar e capacitar para aquilo que é a necessidade da prevenção, que é a chave do sucesso. Acrescentou que a equipa fez sessões nas Escolas, nas IPSS's e nas Instituições de Saúde, tanto com os mais jovens, como com as pessoas que cuidam e as pessoas que estão junto daquelas crianças e que ajudam na sua formação. Finalizou a sua intervenção, informando que houve a entrega do Selo Protetor, em Cantanhede, a convite da Sr.ª Presidente da Comissão Nacional, Dr.ª Rosário Farmhouse, dado que as escolas do Concelho tinham aderido e tinham ganho o referido Selo. Esclareceu ainda que essa entrega foi feita a nível

continental e ilhas, tendo sido uma cerimónia muito bonita e que demonstrou o desempenho de todos.-----

----- Tendo a necessidade de se ausentar, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, pediu ao Sr. Primeiro Secretário, José Maia Gomes que assumisse a presidência da Mesa.-----

----- O Sr. Primeiro Secretário, José Maia Gomes, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual referiu ser sempre um assunto bastante delicado pelo que, qualquer palavra que se dê, tem de ser de apreço e de reconhecimento pela dedicação e entrega das pessoas que estão a trabalhar naquela Comissão, porque senão as crianças e jovens do concelho estariam menos bem protegidas. Teceu, de seguida os seguintes comentários: - Verificando-se que, desde 2019 até à data, têm vindo a aumentar ligeiramente os processos, com um maior aumento no ano de 2022, atingindo os 244 processos, correspondendo a 3% da população de jovens e crianças do concelho, questionou se a CPCJ se sente capaz de responder a esse número de casos? – Verifica-se que a população de nacionalidade Brasileira está a aumentar, face à análise por nacionalidade, passando de 6 casos em 2021 para 14 em 2022, o que considera preocupante; - Relativamente a uma das causas que foi identificada, nomeadamente, a violência doméstica, sendo de âmbito nacional e uma preocupação de todos, questionou sobre a sua evolução no Concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, reassumindo a presidência, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual referiu o seu apreço pelo trabalho enorme e meritório que aquela Comissão tem efetuado, porque quando se trata principalmente de crianças, todo o cuidado é pouco. Recordou que ao trabalhar numa escola, que é um espelho da sociedade, percebe quando algo está mal e que, nos últimos tempos, tem assistido a um aumento de problemas que têm acontecido em termos sociais.

Acrescentou que, apesar de algumas CPCJ, de facto, não estarem a funcionar da melhor maneira e não deixarem avançar os processos, deu os parabéns a todos os operacionais que estão no terreno. Questionou, de seguida, sobre qual é a maior dificuldade que a CPCJ sente no exercício das suas funções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual passou a responder às questões colocadas, da seguinte forma:

- Relativamente à violência, assunto muito preocupante e que teve um aumento muito grande, mesmo ao nível nacional, acredita que se deva tanto à situação do COVID como à guerra na Ucrânia, mas também à instabilidade económica, refletindo-se muito ao nível das famílias. Acrescentou que, quando se fala em violência, não significa apenas fazer mal às crianças, podendo estas apenas assistirem a alguma coisa que não lhes faz bem em termos do seu desenvolvimento, sendo referenciadas e agindo a Comissão em conformidade, como forma de prevenção; - Relativamente à nacionalidade, informou da existência do GAI – Gabinete de Apoio à Inclusão e do CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes e referiu que se tem vindo a assistir à chegada de muitos imigrantes, tanto brasileiros como mexicanos, colombianos, indianos, ucranianos decorrentes da guerra, e muitos asiáticos. Informou existir também uma comunidade que, em parceria com o Município, tem ajudado na integração dos imigrantes que vão chegando, nomeadamente, com a língua, muito importante para que haja uma inclusão, mas também com o desenvolvimento de atividades, da Igreja, de teatro, de música, permitindo que fiquem independentes. Referiu ainda que, decorrente dos grupos que andaram a capacitar e a alertar para potenciais acontecimentos que fossem maus para o desenvolvimento dos jovens do concelho, verificou-se uma maior sinalização. Referiu ainda que, o facto de todas as Escolas terem obtido o Selo Protetor, também foi muito bom; -

Relativamente ao que poderá ser entendido como uma grande barreira, referiu que a CPCJ faz um registo diário de tudo o que faz numa base nacional que é muito difícil e moroso, na qual fica registado os mandatos das pessoas e as entradas e saídas dos comissários. Referiu que, quando é altura de o comissário sair, o aviso é feito com muito pouca antecedência, existindo a necessidade de nomear outra pessoa para aquele local. Informou que tem estado a falar com a CPCJ ao nível nacional, no sentido de não mudarem as pessoas ao mesmo tempo, porque são necessárias pessoas que já dominem bem os contextos e os desenvolvimentos para integrar as pessoas mais jovens. Referiu, de seguida, não ser essa a sua maior inquietação, mas sim os processos que são enviados para o Ministério Público e que atrasa um bocadinho as diligências que necessitam de ser mais rápidas. Acrescentou que, relativamente a tudo o que depende do Município, não existe nenhuma queixa, desde o fundo de maneo ou o que for preciso para as famílias, o pessoal está sempre pronto, mesmo se for preciso ir fora da hora do serviço. Relativamente ao Ministério Público, referiu estarem lá muitos processos que a CPCJ precisava resolvidos mais celeremente e não tem conseguido, apesar de, à distância de um telefonema, se tenha ajudado com muitas coisas. Finalmente, agradeceu a colaboração prestada pela Sr. Aidil Machado, sempre prestável e que tem colaborado em alguns projetos na CPCJ, bem como às Escolas, às IPSS, às Juntas de Freguesia e à parte da saúde que têm ajudado imenso a CPCJ, que têm sido uma grande vantagem.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou, de seguida à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que fizesse a apresentação do projeto do arquivo, dando-lhe a palavra.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou considerar importante a apresentação do projeto ATOM, foi feito pela Divisão de Modernização, Inovação e Qualidade, em parceria com a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Serviços que integram o Departamento Administrativo e Financeiro. Solicitou de seguida que a Sr.ª Rute Gregório e o Sr. João Cavadas, apresentassem o projeto em causa.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Rute Gregório, técnica superior da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos / Secção de Expediente e Arquivo, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que o projeto em causa, é ainda embrionário, pois está em fase de desenvolvimento pelos serviços, e de seguida, com o auxílio de uma projeção multimédia passou a dar as explicações necessárias, nomeadamente: - Que o ATOM é um projeto que está em desenvolvimento há 2 anos e destina-se a tratar a documentação do Município de Cantanhede em moldes arquivísticos, seguindo regras internacionais, nomeadamente, a ISAD e a ISSAR; - Que o ATOM é um acrónimo para “Access to Memorie”, portanto, o acesso à memória, sendo um software livre, sem custos para o Município, porque o trabalho é todo interno, não dependemos de ninguém externo; Que, quando é feito o download do software, o programa aparece em cru, mas depois de trabalhado, surge com uma estrutura hierárquica que vai obedecer a regras internacionais de arquivo; - Que, em termos de descrições arquivísticas, neste momento, o Município de Cantanhede possui sete Fundos constituídos, que são conjuntos documentais que vão abrindo de uma forma hierárquica para uma secção, uma subsecção, uma série, uma unidade de instalação, umas peças, uns documentos simples e uns documentos compostos; - Que esses sete Fundos, são sobre, a administração do concelho de Cantanhede, o arquivo história oral do município de Cantanhede, o Arquivo fotográfico do município

de Cantanhede, o arquivo videográfico do município de Cantanhede, a Câmara Municipal de Cantanhede, os jornais do concelho e as publicações periódicas; - Que, quando se fala em arquivo, há muita tendência para se falar no que é histórico, mas tratando-se de uma Administração Pública Local, numa autarquia, a documentação existente nos arquivos é essencialmente de natureza administrativa, apesar de também ter documentação histórica, como as evidências de três Forais; - Passando a explicar a relação hierárquica, começou pela Administração do Concelho, e ao abrir o Fundo Administração do Concelho, verificou que existem várias secções, que são no fundo as atividades realizadas pela Administração do Concelho, ao longo de anos; - Exemplificando, referiu que a administração será talvez ao fundo que vai albergar uma documentação mais antiga, porque ainda está em desenvolvimento e não tem ainda tudo preenchido, nem era possível já ter toda aquela documentação carregada; - Que o fundo Órgãos do Município, é uma secção que abre para subsecções, sendo uma delas a Câmara Municipal de Cantanhede, onde se encontram as Atas da Câmara. Acrescentou que o livro mais antigo que já se encontra carregado data de 1890, com muita definição; - Como outro exemplo, no domínio público, referiu que a secção Serviços administrativos, com o expediente, o notariado privativo e os recursos humanos, com alguns exemplos da correspondência recebida pelo Município das Juntas de Freguesia; Que a qualidade das digitalizações é muito boa, um trabalho minucioso e demorado, de muita paciência, e documento a documento; - Que para além do papel, existe outro tipo de documentação, como fotografias, vídeos, publicações periódicas, jornais do concelho, como a Gazeta de Cantanhede, a Boa Nova, o Boletim Municipal e o Marialvino, uma publicação dos Serviços Sociais da Câmara. – Que permite também a pesquisa por assunto.-----

----- Tomou, de seguida a palavra o Sr. João Cavadas, o qual, após cumprimentar

todos os presentes, esclareceu tratar-se de um projeto multidisciplinar, que não se esgota no Departamento Administrativo e Financeiro, nem na Divisão a que pertence, porque é de toda a Câmara e é feito de dentro para fora. Referiu que a plataforma do ATOM, serve essencialmente para fazer a catalogação e para servir de apoio interno e que se pretende que venha a ser externo, assim que se tomar a decisão de o abrir para o público, e para quem quiser usufruir de tudo o que lá se encontra. Apresentou, de seguida, a proposta do símbolo, ainda mero protótipo que está a ser trabalhado, e os *layouts* normais onde estarão todas as áreas já referidas e que estarão disponíveis de uma forma mais direta para o público. Esclareceu que, uma proposta, será que o utilizador, depois de registado e de se autenticar irá diretamente para o local onde está centralizada toda a documentação e, a outra proposta, muito semelhante em todos os aspetos, terá outra densidade e outro tipo de apresentação, com testemunhos e uma parte final que permita uma comunicação mais efetiva com o munícipe. Concluiu que o projeto está numa fase de lançamento, sendo o próximo desafio, virá-lo para o público.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, reforçou que era importante mostrar o projeto em causa, não só porque está a ser feito pelos Serviços da Câmara, mas também por ser uma espécie de “Torre do Tombo” que poderá tornar acessível a investigação e a descoberta de muitas pessoas que queiram saber o que se está a passar, poder aceder a tudo em suas casas ou nos seus escritórios.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual deu os parabéns aos Serviços e considerou que é bastante interessante para muitas aplicações. Referiu de seguida que, perante o ofício que foi mostrado entre uma Junta e a Câmara, relativo a um muro, partindo do princípio que se trata de uma

correspondência entre duas entidades públicas e que essa correspondência é pública, recordou que, há orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados em que os dados privados não são publicáveis, o que deve ser acautelado.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da opção de caducidade de reserva de solo para a implantação de infraestrutura viária / Processo n.º 451/2023, Rua 1.º de Maio, em Cantanhede»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicito que fosse o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, a apresentar o assunto em causa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que se trata, simplesmente, de aprovar a caducidade da reserva do solo para implantação de infraestrutura viária referente ao processo referido e que está projetado sobre o loteamento situado na Rua 1º de Maio, em Cantanhede. Acrescentou que, com a aprovação do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede, foi projetado um arruamento estruturante sobreposto ao referido loteamento já existente que se mantém em vigor na atual 4.ª alteração do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede, o qual inviabiliza a construção da moradia pretendida pelo requerente no lote 2, solicitando este a caducidade da reserva do solo para implantação da infraestrutura viária em causa. Referiu ainda que, no momento, não está prevista a execução do arruamento em causa, de acordo com o novo Plano de Urbanização de Cantanhede que foi aprovado em reunião de Câmara a proposta para consulta pública. Concluiu que, conforme o disposto no Regulamento do Plano de Urbanização atualmente em vigor, é possível a opção de caducidade de reserva



do solo para implantação de infraestrutura viária, nada havendo a opor do ponto de vista técnico à caducidade do arruamento.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da opção de caducidade de reserva de solo para a implantação de infraestrutura viária / Processo n.º 451/2023, Rua 1.º de Maio, em Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 da ordem de trabalhos tratam de atribuições de subsídio e de isenções de taxas às Freguesias, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança do que já foi feito em anteriores sessões.-----

----- Solicitou então à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Parque de Lazer de Murtede»**, ao **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / XX Feira do Bolo de Ançã»**, ao **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de evento desportivo / XV BTT Cadima Caminhos do Tremoço – 1.ª Prova da Taça XCM do Centro 2023»**, ao **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença Espetáculo de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XVIII Feira do Tremoço»**, ao **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de evento desportivo – 2.ª Caminhada de Cordinhã»**, ao **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença**

de espetáculos de música ao vivo e Dj's e licença especial de ruído / XIX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã e ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Licença especial de ruído / 8.ª Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira».-----

-----Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - Relativamente ao ponto n.º 5, se trata de uma atribuição de um subsídio à Freguesia de Murte, destinado ao Parque de Lazer de Murte, que vai ter parque de estacionamento. Acrescentou tratarem-se de terrenos que foram adquiridos em frente à Junta de Freguesia atual e à extensão de saúde, sendo o subsídio atribuído para que a Junta faça a obra, conforme o projeto elaborado no Município, pelo valor de 135.183,34€, a pagar 15.000,00€ no ano de 2023, uma vez que a obra só irá começar mais para o final do ano e os restantes 120.183,34€ a pagar em 2024; - O ponto n.º 6 refere-se a uma isenção de taxas pela emissão de uma licença de espetáculos de música ao vivo para a Freguesia de Ançã, para a realização da 20.ª Feira do Bolo de Ançã, no valor de 39,31€; - O ponto n.º 7, refere-se a uma isenção de taxas pela emissão de uma licença de prova desportiva para a Freguesia de Cadima, o 15.º BTT Cadima/Caminhos do Tremoço e 1.ª prova da Taça XCM do Centro 2023, no valor de 19,10€; - O ponto n.º 8, também para a Freguesia de Cadima, uma isenção de taxas pela emissão de uma Licença de Espetáculos de Música ao vivo e de uma Licença Especial de Ruído para a realização da Feira do Tremoço, no valor de 99,78€; - O ponto n.º 9, refere-se a uma isenção de taxas pela emissão de uma licença de prova desportiva, à Freguesia de Cordinhã, a 2.ª Caminhada da Cordinhã, no valor de 19,10€; - O ponto n.º 10, também para a Freguesia de Cordinhã, uma isenção de taxas pela emissão de uma Licença de Espetáculos de Música ao

vivo e Animação de Rua e uma Licença Especial de Ruído, para a realização da Feira do Vinho e da Gastronomia, no valor de 99,78€; - O ponto n.º 11, também uma isenção de taxas, pela emissão de uma Licença Especial de Ruído, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, para a realização da 8.ª Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira, no valor de 22,27€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Parque de Lazer de Murte de»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / XX Feira do Bolo de Ançã»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de evento desportivo / XV BTT Cadima Caminhos do Tremoço – 1.ª Prova da Taça XCM do Centro 2023»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença Espetáculo de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XVIII Feira do Tremoço»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da**

proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de evento desportivo – 2.ª Caminhada de Cordinhã», para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de espetáculos de música ao vivo e Dj's e licença especial de ruído / XIX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã»** para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Licença especial de ruído / 8.ª Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira»** para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação do Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho de Cantanhede»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o projeto de Regulamento em causa, foi discutido em diversas reuniões com as Juntas de Freguesias do Concelho, que fizeram várias propostas de alteração e de afinação de algumas situações, tendo também já estado em discussão pública. Esclareceu ser um Regulamento, no contexto atual, que pretende regular os procedimentos das verbas que o Município atribui fora de qualquer situação que decorre da própria Lei, por se entender que a proximidade é muito importante. Acrescentou que aquele Regulamento foi elaborado de acordo com a Constituição e com o Regime Jurídico das Autarquias Locais, dado

que, cada vez mais, os Municípios e as Juntas de Freguesia, estão a ser fiscalizados e inspecionados, sendo uma forma de clarificar procedimentos. Acrescentou ainda que, ao longo do tempo e com a sua implementação, poderá haver algum tipo de acerto, mas que, essencialmente tem a ver com apoios sejam eles financeiros ou não financeiros, destinados, por exemplo: - À aquisição ou aluguer de veículos agrícolas ou outros ligados às próprias competências da Freguesia; - À cedência de veículos e equipamentos ou mão de obra, para a realização de algumas obras que estão nos planos de atividade das Freguesias; - Ao fornecimento de materiais ou ao seu equivalente em verbas, para a realização de obras de modernização, requalificação e beneficiação de infraestruturas e equipamentos das Freguesias; - Ao apoio financeiro pontual de aquisição de terrenos ou de edifícios; - Ao apoio de eventos, com isenção de taxas. Referiu ser evidente que os planos de cada Junta de Freguesia serão analisados e discutidos, devendo os mesmos serem entregues até 31 de agosto do corrente ano, sendo de seguida analisados tecnicamente em termos do valor total que poderá ser atribuído e depois serão escolhidos, condicionados à disponibilidade de verba inscrita de forma global no orçamento municipal e aos fundos disponíveis, bem como à pronúncia dos serviços municipais para saber se adequa o pedido de subsídio ao que se pretende fazer, sendo excluídos os que entrarem fora do prazo, os que têm falsas declarações, os que não entregarem os documentos necessários, com incumprimentos relativo ao que diz o Regulamento. Acrescentou que o pagamento será feito através da apresentação dos documentos do suporte. Esclareceu, de seguida que não estão a ser colocadas outras obras que são feitas através de empreitadas do município ou de outro tipo de prioridades que o Município entenda por bem, fazer numa Freguesia. Concluiu recordando que o Regulamento já esteve em

discussão pública, foi aprovado em reunião camarária e agora necessita da validação da Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação do Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Alteração das Quotas da Associação Rota da Bairrada»**:-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, como as despesas aumentaram e as quotas já não são atualizadas há muitos, foi entendimento entre todos os Municípios aumentá-las, para os seguintes valores: Anadia 12.000,00€, Aveiro, 7.500,00€, Cantanhede 7.500,00€, Coimbra 7.500,00€, Mealhada 7.500,00€, Oliveira do Bairro 12.000,00€ porque tem um ponto de venda, Vagos 8.500,00€ porque tem um ponto de venda mas menos oneroso, o Turismo do Centro de Portugal 7.500,00€ e a Comissão Vitivinícola da Bairrada 5.000,00€. Acrescentou que há uma estrutura montada que tem funcionários e que já era incomportável manterem-se com os valores anteriores, pelo que entenderam que os valores propostos são sensatos no sentido de ir ao encontro das necessidades da Associação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual afirmou que, do seu ponto de vista, o aumento da quota de 5.000,00€ para 7.500,00€, não lhe parece nada de preocupante, porque se trata de uma Associação que tem muito para dar ao Concelho de Cantanhede no que diz respeito ao turismo de enólogo e à própria valorização turística do Concelho. Questionou, de seguida, sobre o trabalho feito pela Associação, se tem atingido o esperado na ligação com as

diferentes as entidades, Municípios, Região de Turismo do Centro, etc.. Se tem havido informação e se os resultados têm sido bem sucedidos.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que tem havido uma ligação muito grande ao nível do turismo, com a divulgação dos produtos do Concelho em Feiras Nacionais e Internacionais. Recordou, de seguida, que a sede da Associação está situada na Curia e que tem os Pontos de Venda já mencionados. Acrescentou que também gostaria que houvesse um em Cantanhede, o que já aconteceu, ocasionalmente, durante uma época balnear com um pequeno Posto ao lado da Arte Xávega, que fazia a divulgação dos produtos durante a época balnear na Praia da Tocha. Acrescentou que essa divulgação também ocorre em outro tipo de eventos, como por exemplo na EXPOFACIC e em outros Municípios com grande frequência. Referiu, de seguida, que era incomportável manter a estrutura da Associação com as verbas que existiam, apesar de ter os Pontos de Venda e que é uma grande aposta em termos do Município e do Gabinete de Apoio ao Agricultor, que tem tido algum sucesso nos eventos nos quais esteve presente, como seja, “Pink Fest” ou os congressos sobre a Baga. Recordou que, Cantanhede quer ser o líder da região em termos da divulgação da Baga e a Associação é o parceiro certo e indicado em termos do próprio conhecimento, porque o seu Presidente é também o Presidente da Comissão Vitivinícola. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo que a questão do vinho também é uma questão crítica, não só em termos económicos, mas para o que representa para a Bairrada e para o Concelho de Cantanhede, pelo que são de louvar todas as iniciativas e todos os apoios. Acrescentou que, felizmente existe uma Rota da Bairrada porque, como todos sabem, as iniciativas de divulgação, muitas vezes, estão dependentes dos orçamentos, não só do Turismo, mas também de

oportunidades. Referiu ainda que, a própria Adega Cooperativa tem estado em inúmeros concursos e tem havido notícias que tem alcançado vários prémios, o que acaba por dar a notoriedade necessária para que as vendas sejam boas e se reflita numa pujança desse setor económico.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Alteração das Quotas da Associação Rota da Bairrada»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para os três procedimentos de consulta prévia para celebração de contrato ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade em regime de mercado livre (AQ 05/2022), promovido pela CIM-RC – CPR-CCP-ABS n.º 12/2023, CPR-CCP-ABS n.º 13/2023, CPR-CCP-ABS n.º 14/2023»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se trata de um concurso lançado pela CIM RC, conforme fez para os seus 19 municípios, o que é sempre mais benéfico. Acrescentou que, a questão da energia é sempre algo muito preocupante e que o presente assunto se destina a solicitar a autorização da Assembleia para a Câmara assumir um compromisso plurianual relativamente aos três procedimentos em causa, nomeadamente, para energia em baixa, energia em média tensão e energia em média especial e que ronda os 4.000.000,00€, já com IVA. Acrescentou que o Município tinha contrato com a Petrogal e que, no atual concurso, ganhou a Endesa, com uma descida de valores muito, muito grande. Esclareceu que essa descida não terá tanto a ver com o quilowatt, tem muito a ver e esta parte agora que eu tenho receio no futuro, mas com as tarifas negativas que existem, no momento, na ERSE, a entidade reguladora,



que não se sabe como vão evoluir, apesar de existir um despacho que não revê alteração daquelas taxas até 2025. Referiu ainda que a descida é de menos de um terço, sendo uma quebra bastante grande, o que é ótimo em termos de orçamento e do que possa vir a acontecer. Contudo, acrescentou que poderá haver aumentos de consumo, pelo que seria muito importante e interessante que estes valores se mantenham, porque é uma ajuda em termos financeiros se realmente se concretizar o valor daquela adjudicação.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para os três procedimentos de consulta prévia para celebração de contrato ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade em regime de mercado livre (AQ 05/2022), promovido pela CIM-RC – CPR-CCP-ABS n.º 12/2023, CPR-CCP-ABS n.º 13/2023, CPR-CCP-ABS n.º 14/2023»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou que o **Ponto 15 - «Proposta de início de procedimento oficiosos pré-contratual tendente à celebração de Contrato de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao operador ETAC – Empresa de Transportes António Cunha, S.A.»** e o **Ponto 16 - «Proposta de início de procedimento oficiosos pré-contratual tendente à celebração de Contrato de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao operador Transdev Interior, S.A.»** fossem explicados em conjunto, sendo de seguida votados individualmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que os pontos n.º 15 e n.º 16, têm a ver com a questão dos transportes públicos de passageiros, um com o operador ETAC e

o outro com o operador TRANSDEV. Esclareceu, de seguida que, no momento, a entidade de transporte é a Comunidade Intermunicipal, embora numa fase de transição, porque o concurso ainda não aconteceu. Informou, de seguida que, no ano passado o Município gastou cerca de 561.000,00€ em transportes, prevendo-se para o presente ano atingir 1.000.000,00€. Acrescentou que, nos anos anteriores, existia alguma receita porque ainda havia alunos que pagavam, mas com a questão da implementação da gratuitidade, já não há. Acrescentou ainda que, uma vez que o valor inicial não cobre as despesas daquelas empresas, estas têm a possibilidade de fazerem adendas para cobrirem o custo real do transporte, que quase que duplicou, passando a cerca de 1.000.000,00€. Esclareceu ainda que, o transporte em causa não é apenas o transporte escolar, mas também, o transporte público, sendo certo que, se se retirarem os alunos, pouquíssimas pessoas circulariam nos autocarros, porque não há o espírito do transporte coletivo. Esclareceu ainda que, após consultar um gráfico relativamente a todo o Distrito, verificou que o sítio onde é menos utilizado o transporte a pedido, através do táxi, é Cantanhede e Montemor-o-Velho, não conseguindo perceber porquê, uma vez que o valor a pagar é o mesmo do transporte público. Referiu ser apenas necessário ligar e dizer que se quer ir tratar de uma consulta a Cantanhede, indo o táxi buscar a pessoa e pagar igual ao transporte público, mas as pessoas não aderem. Acrescentou existirem sítios onde utilizam cada vez mais este tipo de serviço, em outros municípios, mas aquele trajeto tem pouca utilização. Acrescentou ainda que tem insistido junto dos Sr.s Presidentes de Junta para divulgar aquele serviço, ótimo para as pessoas terem o carro à porta, levando-as onde pretendem e voltando pelo mesmo meio a casa. -----
----- Questionou o Sr. Presidente da Mesa, se existe algum critério para esse pedido,

como por exemplo se um qualquer munícipe, estando em Cantanhede, pode pedir um táxi para se deslocar à Praia da Tocha.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara que, habitualmente, as pessoas pretendem tratar de assuntos, na Câmara, nas finanças, vão às consultas ou para adquirir qualquer coisa, podendo o serviço ser solicitado por qualquer pessoa, na véspera para o número de telefone indicado e paga o equivalente ao transporte público.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual referiu que os pontos n.º 15 e n.º 16 referem-se ao âmbito da regulação dos termos e condições relativos à exploração dos serviços inerentes às linhas de transporte público de passageiros. Acrescentou estar prevista uma autorização provisória, como já foi referenciado, de atribuição de compensação por obrigações de serviço público que estão contratualizadas entre o Município de Cantanhede e a ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, S.A. e ainda a TRANSDEV Interior, S.A., as duas empresas que asseguram o serviço público de transporte de passageiros rodoviário e a quem foi concedida a titularidade de concessão do território de Cantanhede e que está, atualmente, a ser objeto de manutenção transitória pela CIM, visto que os títulos que são outorgados são objetos de autorização provisória, mas caducavam a 03/12/2019. Como referiu a Sr.ª Presidente da Câmara, havia um problema, porque tinha-se que encontrar uma alternativa para o transporte escolar, mas também para o serviço público de transporte, que ainda assim, ainda que a procura seja muito deficitária, não deixa de ser resposta para algumas pessoas, sobretudo por questões de empregabilidade. Acrescentou que, como referem os documentos, ao abrigo de uma solução legal e transitória, a CIM procedeu à prorrogação da autorização provisória que legitima a

realização dos serviços inerentes às linhas que foram concessionadas, quer à ETAC, quer à TRANSDEV. No entanto, considerando as condições impostas em nome do interesse público, designadamente os horários e as tarifas, a realização daquele serviço não é economicamente autossustentável, o que justifica a necessidade de atribuir uma compensação ao operador. Assim, perante a vigência do novo regime jurídico que regula a atribuição da compensação por obrigações de serviço público no setor do transporte público de passageiros e até à entrada do outro operador, pese embora todo o descontentamento, a discordância das diferentes diligências que têm sido feitas, do trabalho apurado de verificação das condições, é necessário proceder à celebração de um acordo que dê plena resposta às atuais necessidades, quer fácticas, quer jurídicas, celebrando um acordo de atribuição de compensação no âmbito do qual o Município se obriga a pagar aos operadores um montante no valor de 196.048,65€, no caso da ETAC e 94.359,49€ no caso da TRANSDEV. Concluiu que, a Câmara Municipal promoveu um conjunto de trabalhos e análises para garantir que a celebração daqueles acordos está em plena conformidade com o quadro normativo vigente e a jurisprudência do Tribunal de Contas, remetendo os assuntos à Assembleia Municipal por se tratar de uma despesa plurianual.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 15 - «Proposta de início de procedimento oficiosos pré-contratual tendente à celebração de Contrato de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao operador ETAC – Empresa de Transportes António Cunha, S.A.»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção para o **Ponto 16 - «Proposta de início de procedimento oficiosos pré-contratual tendente à celebração de Contrato de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao**



operador Transdev Interior, S.A.», foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e o Diretor do Agrupamento de Escolas Lima-de-Faria»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que após ter sido feito o acompanhamento e a análise das verbas inicialmente atribuídas para gestão normal do Agrupamento em causa, que era inicialmente de 138.000,00€, foi entendido que era necessário um reforço, passando para 216.793,00€. Esclareceu ainda que já tinha havido um reforço anterior, sendo o atual no valor de 67.000,00€. Solicitou, de seguida que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, desse as explicações que entendesse necessárias sobre a adenda em causa.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, informando que, tendo em conta os contratos de delegação de competências já celebrados e a execução desses mesmos contratos, e face aos aumentos do preço da energia, cuja faturas apresentadas no pretérito 27 de abril, verificou-se um aumento exponencial do valor do quilowatt consumido, na ordem dos centos e tais mil euros. Acrescentou que, tendo em conta o diálogo profícuo e regular com as Direções, tendo em conta os critérios de eficácia e eficiência da gestão do serviço público e sobretudo o desígnio de criar melhores condições para a gestão por parte dos Diretores, pois o sucesso das Escolas é o sucesso do Município, foi solicitada a possibilidade de reforçar a título excecional as verbas atribuídas ao Agrupamento de Escolas Lima de

Faria, no valor de 67.000,00€, com reflexo obrigatório naqueles contratos, através de uma adenda.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informando que o Sr. José Manuel Tarelho Soares, que se encontra presente na sessão em substituição de outro Membro, também Diretor do Agrupamento de Escolas Lima de Faria, se ausentou durante a discussão do presente assunto.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção para o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda ao Contrato de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e o Diretor do Agrupamento de Escolas Lima-de-Faria»**, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Reentrou o Sr. Sr. José Manuel Tarelho Soares.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 18 - «Concessão de Isenções de Taxas Municipais / 1.º Semestre 2023 / Para conhecimento»**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, informou que, no primeiro semestre de 2023, o valor das isenções ascendeu a 23.560,41€, concedidas a Associações, Juntas de Freguesia, entidades externas, Escolas, esse tipo de entidades.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Aurea Andrade, a qual questionou se tanto as Juntas de Freguesia como as Associações têm de fazer um pedido formal para obter uma isenção de taxas e, se resposta é sempre positiva ou se existe algum critério que leve a que esta isenção de taxa seja ou não concedida.-

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que quer as Associações, quer as Juntas de Freguesia têm de a pedir, senão, não lhes é atribuído e ainda que, se o pedido estiver enquadrado na Lei a isenção é concedida, até porque

é solicitado sempre dentro da dinâmica municipal, para a divulgação de qualquer coisa.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas consolidadas 2022»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, auxiliada por uma projeção multimédia, informou que se trata da consolidação das contas do Município, da Empresa Municipal INOVA, do BIOCANT e da ABAP e que o relato da Auditoria das demonstrações feita pela Sociedade de Revisores Oficial de Contas, Sebastião Santos, diz que *“as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materiais a posição financeira consolidada do Município”* e fazem referência a duas situações recorrentes, sendo uma as Fichas de Cadastro que ainda não estão concluídas e depois, as questões relacionadas com a ABAP e a BIOCANT, para as quais já propôs promover uma reunião entre o Revisor do Município, o da INOVA e os Revisores da ABAP e do BIOCANT para clarificar alguma dúvida que possa ser suscitada. Recordou que, na última Assembleia o Sr. Ulisses Salvador já colocou uma questão que considera incontornável, porque desde que foram pensados o BIOCANT e a ABAP, não foi com o intuito de dar lucro, mas para a divulgação da investigação, da ciência, do conhecimento e, naturalmente, existem os empréstimos que decorrem para a construção dos edifícios, sendo incontornável que se tenha de continuar com as quotas para as duas entidades. Acrescentou que, no momento, existem em curso negociações com a Banca, com dados muito mais aliciantes decorrentes da reanálise dos empréstimos, o que irá permitir uma situação que vai ser benéfica. Relativamente às quotas e às dúvidas que

existiam sobre os impostos que se pagavam, também estão a ser clarificados, tal como também a criação do BIOCANT, S.A. que está a ser colocada na lógica do âmbito inicial do projeto, que é a divulgação, não só no concelho, como também na região, e a função da ABAP na lógica da investigação, e do BIOCANT que tem uma entidade que também tem receita, que é o caso da microbiologia que faz análises para fora, mas não é suficiente para acautelar o resto. Referiu ser um dossier que, assumidamente, tem de continuar a ser assegurado pelo Município, sendo incontornável, com o objetivo incentivar cada vez mais, não só que empresas daquela área venham para o concelho, mas também de divulgar junto de Escolas e entidades na área da investigação e do conhecimento. Informou ainda que, contudo, apesar das duas situações que acabou de referir, de dizer, a auditoria termina dizendo que *“o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nela constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas, auditadas e as demonstrações orçamentais consolidadas, auditadas também, não tendo sido identificadas incorreções materiais”*. Passou, de seguida, à apresentação da conjugação daquelas áreas em termos orçamentais, através do enquadramento legal que decorre: - De tudo o que é preceituado no CNC AP, das demonstrações financeiras e da contabilidade e do relato orçamental; - De todo o enquadramento legal e de todos as componentes das demonstrações consolidadas que fazem parte do perímetro total da gestão do Grupo Autárquico, seja em termos do balanço, do orçamento consolidado, tudo isso; - Da ida ao órgão autárquico e agora ao órgão deliberativo; - Da consolidação, porque existem quotas noutras entidades, mas que não interferem neste perímetro de consolidação, como a AIRC, a AREAC e a ANMP. Informou, concretamente, de seguida que: - A receita efetiva o grupo municipal foi de 41.229.494,12€, a receita corrente de

35.834.000,00€, a receita de capital de 5.386.000,00€ e outras receitas, um valor já mais residual; - A despesa atingiu quase os 41.000.000,00€, com uma despesa efetiva corrente de cerca de 27.000.000,00€ e despesa de capital de 13.000.000,00€, com responsabilidades em termos dos passivos financeiros de 4.381.000,00€.

Relativamente à situação financeira e patrimonial do Grupo Autárquico, informou que:

- Houve um aumento do ativo líquido relativamente ao ano anterior de mais de 6.000.000,00€;
- Um aumento do património líquido de mais de 5.000.000,00€ relativamente ao ano anterior mas que ainda não chega;
- Um aumento do passivo de 880,00€ resultante do aumento das contas a pagar no passivo não corrente e no passivo corrente;
- Olhando para a demonstração de resultados, verifica-se que gerou uma variação positiva de 952.858,00€ e apresenta um resultado líquido consolidado de 2.104.793,97€;
- A dívida apresenta uma variação positiva de 869.000,00€, que corresponde a 4% relativamente ao exercício anterior;
- No que diz respeito aos fluxos de caixa, houve um incremento nos fluxos de caixa consolidados de cerca de 162.000,00€ e nos fluxos de caixa na atividade de investimento uma redução de cerca de 1.000.000,00€;
- Houve um aumento na questão das atividades operacionais de 1.131.000,00€;
- O saldo de gerência para o ano seguinte é de 4.329.739,80€;

Relativamente aos rácios do próprio grupo, referiu que, analisando e comparando entre um e outro, verifica-se que a estabilidade financeira do mesmo está bem controlada; - Que as métricas principais de todo o Grupo Autárquico, são, receita de 41.000.000,00€, despesa à volta dos 40.000,00€, disponibilidades 4.300.000,00€, saldo de gerência 3.500.000,00€, um ativo substancial de 155.000.000,00€, um património líquido de quase 133.000.000,00€, um passivo de 22.000.000,00€, um resultado líquido do exercício de 2.104.000,00€; - Que, em termos de endividamento está muito favorável. Informou, de seguida, ter estado numa reunião em Matosinhos,

com a Associação Nacional de Municípios, onde foi feita uma análise da nova Lei das Finanças Locais e da qual concluíram que vai haver um incremento interessante para as Autarquias, seja para as Juntas, seja para os Municípios, assim o Governo aceite as negociações. Acrescentou que esteve presente um representante do Fundo de Apoio Municipal, entidade que vai ao encontro das necessidades dos Municípios que estão em situações graves de endividamento, e que apresentou um dos painéis. Informou ainda que o Município tem no FAM mais de 1.000.000,00€, não sabendo quando os vai receber, mas que vai recebendo cerca de 17.000,00€ em juros, o que não foi mau. Recordou novamente que o FAM se destina a ajudar os Municípios que estão em situações muito delicadas, tendo aquele representante comunicado que, recentemente, tinham solicitado apoio mais dois Municípios, o que estranhou, pois pensava que já não havia Municípios a entrarem em situações de quase insolvência. Informou ainda que, naquela reunião em Matosinhos, vários Presidentes de Câmara afirmaram que não têm a mínima possibilidade de fazer qualquer projeto, nem têm estrutura técnica para os fazer, nem dinheiro para os mandar fazer, nem conseguem aceder a fundos comunitários porque não têm as verbas necessárias. Sobre a Lei das Finanças Locais, informou que existem várias propostas na ANMP, nomeadamente, no sentido do Governo aumentar a percentagem dos fundos através do que recebe dos impostos, porque, comparando ao que acontece na Europa, Portugal recebe muito menos de percentagem do que os outros países europeus. Acrescentou que não será de um momento para o outro, mas curiosamente, começa a haver uma análise diferente do que são as próprias taxas dos próprios impostos de cada Município. Acrescentou que vão propor ao Governo, por exemplo, a possibilidade do aumento dos 5% da comparticipação do IRS para 10%, porque é um imposto rigoroso, porque as pessoas pagam esse imposto em função daquilo que recebem.



Relativamente ao IMI, informou que foi discutido o facto de uma coisa ser a percentagem que incide sobre o valor patrimonial, e outra coisa, é o que acontece nos locais com valores de prédios alucinantes sobre os quais incide a taxa do IMI. Referiu ainda que também foi proposta a revisão da fórmula relativa à transferência daqueles valores, não só da taxa para as Câmaras, mas também da taxa que incide para as Juntas de Freguesia. Acrescentou que a fórmula atual tem uma componente em termos da população e da área, mas a área, em muitas circunstâncias, deveria ter uma ponderação um bocadinho maior, sobretudo nas Freguesias com grandes encargos para o acompanhamento de caminhos e de estradas e limpeza, entre outros. Referindo que não será, naturalmente, um processo pacífico, afirmou acreditar que no próximo ano poderá já haver algum efeito positivo da alteração da Lei das Finanças Locais, uma vez que as negociações estão a decorrer. Relativamente ao assunto em análise, referiu finalmente que, é preocupação da Câmara que a Empresa Municipal faça aos seus investimentos, sem beliscar a questão dos seus resultados, porque se a INOVA tiver resultados negativos, isso implicaria aspetos negativos na capacidade de endividamento do Município. Acrescentou que aquelas quatro entidades têm que ir sempre controlando os seus níveis de endividamento, na certeza de que a questão do BIOCANT e da ABAP já se encontra noutra fase, mas o Município tem que continuar a acompanhar, a incentivar, a pagar, porque há dois blocos que ainda estão a ser pagos para manter aquela estrutura e divulgar cada vez mais o Parque em articulação com as Universidades, porque o objetivo é criar um Pólo, cada vez mais, de referência no País.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, lembrando que na última Assembleia, questionou as contas das Associações ABAP e BIOCANT, e que, da intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal

registou um depreciar relativamente ao assunto pela forma como se expressou a fazer a alusão às suas intervenções e ocasiões anteriores no que ao tema concerne, levando a retirar essa ilação. No entanto, como fazem parte da ordem de trabalhos reservou-se ao legítimo direito de as questionar, passando a ler alguns parágrafos do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente: *“O Município avalia estas entidades como sendo por si controladas, o que nos termos do normativo aplicável determina cumulativamente poder e exposição a benefícios, não obstante estas entidades necessitam de financiamento para manter o seu desempenho. Por outro lado, não se encontra divulgada informação suficiente que permite ao utilizador compreender as atividades desenvolvidas por cada uma das Associações e qual o desempenho que lhes corresponde, que constitua o interesse do grupo de modo separado das atividades desenvolvidas pela sociedade privada”*; - *“Nem nos termos desse relacionamento de igual forma, não permite avaliar a natureza e o âmbito de eventuais restrições significativas à capacidade de o Grupo aceder ou a usar ativos e liquidar passivos. Face ao exposto, consideramos insuficientes as divulgações a informação disponível, as quais não nos permitem concluir acerca de eventuais impactos materiais por via de perdas por imparidade ou de obrigações vinculativas não reconhecidas, as quais determinam assim uma incerteza material sobre a continuidade destas entidades e o conseqüente impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Município”*; - *“Reitero que estas duas Associações são um problema para o Município, que urge arranjar uma solução que minimize o impacto orçamental pelo qual partilho da reserva descrita no relatório do Revisor Oficial de Contas.”*; - *“Já relativamente à prestação de contas consolidadas do Município, as mesmas espelham de forma suficiente e explícita a situação económica e financeira do Município, não havendo nada a apontar pelo que estou totalmente de acordo com*

as mesmas.” Questionou, de seguida sobre duas verbas que tiveram um aumento substancial, nomeadamente os trabalhos especializados e a publicidade e imagem, porque, os trabalhos especializados em 2021 eram 637.706,98€ e em 2022 já são em 1.400.000,00€ e na publicidade, comunicação e imagem, passou de 90.000,00€ para mais de 300.000,00€ euros.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara que, poderá tentar desmontar aqueles valores e ver se são subjacentes à INOVA ou à Câmara, porque da BIOCANT e da ABAP, naturalmente, não são. Relativamente aos serviços especializados, não sabe se têm a ver com projetos de especialidade que possam ser feitos externamente para as candidaturas, mas irá concretizar para saber exatamente com o que têm a ver. Relativamente à outra situação, referiu que os auditores têm que perceber o que querem realmente e reiterou que o BIOCANT e a ABAP não vão dar lucro porque não foram feitos para isso, tal como a cultura na Câmara também não dá lucro. Reforçou que, quando se conseguiu ter uma empresa para fazer a gestão, foi benéfico porque estava a ser muito penoso, em termos financeiros, aguentar com todos os encargos do BIOCANT e da ABAP. Reforçou ainda que, no momento, os parques estão cheios e o BIOCANT, S.A. já está com um projeto para construir um outro edifício, procurando já se existem candidaturas, o que parece estar bem encaminhado, até porque já têm interessados. Acrescentou que, sendo uma entidade privada, já analisam as coisas de uma outra maneira, no entanto, se houver ali uma pressão em termos de valores ou de preços, poderá desmoronar todo o trabalho de muitos anos em termos de atratividade, e de investigadores que estão presentes. Outra situação, é que o BIOCANT tem uma outra função para as empresas que estão na fase de industrialização e que vêm para Cantanhede para acederem aos laboratórios. Referiu novamente que há áreas que estão a ser reanalisadas ponto por ponto, para ver o

que pode ser adaptado, como é o caso da banca, mas há outras situações que não vão conseguir alterar. Que se poderia pôr mais incremento em termos comerciais na microbiologia, o que poderia dar mais alguma receita, mas a Academia de Ciência do BIOCANT irá sempre dar despesa, nunca receita, porque trata da divulgação. Concluiu finalmente que se deve redimensionar o que as duas Associações têm, continuando a pagar até ao final os encargos dos dois edifícios e mantendo as quotas, enquanto que o BIOCANT, cada vez mais, irá entrar em participações de projetos a nível da saúde e da educação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu ainda a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, referiu que a Sr.^a Presidente da Câmara, no fundo, já justificou a visão estratégica do Município. De seguida, em relação às observações em concreto do Revisor, referiu que o mesmo também anuncia que não são propriamente reservas do próprio, porque entrou numa fase tardia e que se limitou, no fundo, a transcrever as reservas que já vinham de trás, aparentemente mostrando mais disponibilidade em tentar perceber as coisas do que a anterior. Acrescentou que o mesmo fez algumas perguntas sobre algumas questões e facilmente concluiu que parte das reservas que lá estavam não faziam sentido, como por exemplo, um protocolo com o Centro de Neurociências e do impacto que isso teria numa unidade e no regresso dos trabalhadores, quando não veio nenhum trabalhador daquela unidade. Referiu ainda que se continua a falar da dificuldade em comparar dados entre dois referenciais contabilísticos, quando os diversos contabilísticos dizem que as Associações não estão obrigadas a ter o SNC AP e que isso até pode ser um entrave ao normal funcionamento das unidades de investigação e aos serviços prestados, sendo que a grande questão que motiva parte daquela reserva tem a ver com o facto de como é que são valorizados o ativo e o património, o que é estranho, porque o que lá está escrito para as Associações



também podia ser válido para o Município. Acrescentou que, a maior parte dos ativos municipais servem para fazer desenvolver o concelho e estão ao serviço das populações, sendo que a Câmara não vai vender estradas e passeios para pagar dívidas, porque os ativos também estão valorizados no património. Informou, finalmente que tem havido alguma dificuldade dos Revisores, e que o anterior colocava questões, combinava-se para lá ir para responder, mas nunca aconteceu.—

----- Interveio ainda a Sr.ª Presidente da Câmara, esclarecendo ainda que, sendo as contas de 2022, relativamente à questão dos trabalhos especializados e da comunicação e imagem, no ano anterior não houve EXPOFACIC por causa do COVID, logo não houve trabalhos especializados, nem houve comunicação e imagem, o que se refletiu nas contas da INOVA.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção para o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas consolidadas 2022»**, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com 21 votos a favor e 9 abstenções.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da 3.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2023»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, a alteração em causa tem a ver, essencialmente, com duas situações, a primeira relacionada com a adenda para as despesas dos transportes, no valor de 300.000,00€ e a segunda, pela necessidade de criar uma rubrica para as competências na saúde;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção para o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da 3.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao**

Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2023», foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.---

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido qualquer inscrição.-----

----- Finalmente, sendo 18h15 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:

Cecilia

----- O Primeiro Secretário:

João Moura Maia Jones

----- A Segunda Secretária:

[Assinatura]